

Nº 11 • 2012

# Vistos etc.

Revista da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região



## Sumário

### Editorial

#### **Nasce a Escola Associativa!**..... 15

- *Angélica de Mello Ferreira*
- *Edilton Meirelles de Oliveira Santos*
- *Guilherme Guimarães Ludwig*
- *José Cairo Junior*
- *Luciano Dórea Martinez Carreiro*
- *Rodolfo Mario Veiga Pamplona Filho*
- *Silvia Isabelle Ribeiro Teixeira*

#### **Apresentação**..... 17

- *Ana Cláudia Scavuzzi de Carvalho Magno Baptista*
  - *Presidente da AMATRA-5*

#### **Terceirização - Responsabilidade trabalhista da administração pública**..... 19

- *Ana Luisa Aguiar de Sousa*
- 1. Introdução ..... 20
- 2. Conceito, fundamentos e classificação de terceirização..... 20
- 3. Discussão doutrinária..... 22
- 4. Julgamento da ação declaratória nº 16 pelo STF ..... 24
- 5. Alteração da Súmula nº 331, do TST ..... 25
- 6. Considerações finais..... 27
- 7. Referências bibliográficas..... 28

#### **Reflexões filosóficas sobre a neutralidade e imparcialidade no ato de julgar e o Projeto do Novo Código de Processo Civil**..... 31

- *Rodolfo Pamplona Filho*
- *Charles Barbosa*
- 1. Introdução ..... 32
- 2. Sobre a essência humana do processo ..... 32
- 3. Neutralidade e imparcialidade
  - distinção necessária..... 36

|                                                                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 3.1. Os signos “neutralidade” e “imparcialidade” .....                                                                   | 36 |
| 3.2. “Neutralidade” – a perspectiva filosófica.....                                                                      | 40 |
| 4. Independência e imparcialidade como imperativos<br>categoricos da garantia da ampla defesa<br>e do contraditório..... | 47 |
| 5. Os desvios de imparcialidade .....                                                                                    | 51 |
| 6. A neutralidade como um mito necessário<br>ao papel social do juiz.....                                                | 55 |
| 7. Conclusão .....                                                                                                       | 58 |
| 8. Referências .....                                                                                                     | 59 |

#### **Dever de contratar para concretização**

|                                                                                                |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>dos direitos fundamentais .....</b>                                                         | <b>61</b> |
| – <i>Edilton Meireles</i>                                                                      |           |
| 1. Introdução .....                                                                            | 61        |
| 2. Contrato como instrumento de eficácia<br>dos direitos fundamentais entre particulares ..... | 62        |
| 3. Omissão contratual .....                                                                    | 68        |
| 4. Conclusões .....                                                                            | 72        |
| 5. Referências .....                                                                           | 74        |

#### **Trabalho e alienação em Rousseau e Marx.....**

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| – <i>Geovane de Assis Batista</i>                                                 |    |
| 1. Introdução .....                                                               | 75 |
| 2. Desenvolvimento.....                                                           | 78 |
| 2.1. Alienação e liberdade em Rousseau.....                                       | 78 |
| 2.2. Vendabilidade da força trabalho<br>e alienação de si em Rousseau e Marx..... | 83 |
| 2.3. Trabalho, propriedade e alienação.....                                       | 85 |
| 3. Considerações finais .....                                                     | 88 |
| 4. Referências bibliográficas.....                                                | 89 |

#### **Responsabilidade civil do empregador:**

|                                                              |           |
|--------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>teorizando com as possibilidades constitucionais.....</b> | <b>91</b> |
| – <i>Guilherme Guimarães Feliciano</i>                       |           |

#### **Acertos e desacertos do Novo Regime**

|                                                             |            |
|-------------------------------------------------------------|------------|
| <b>das Cooperativas de Trabalho – Lei 12.690/2012 .....</b> | <b>101</b> |
| – <i>Guilherme Guimarães Ludwig</i>                         |            |
| 1. Introdução .....                                         | 101        |

|                                                                                    |     |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2. Razões da lei em contraste com o atual quadro econômico brasileiro .....        | 102 |
| 3. Intermediação de mão de obra e violação da função social do contrato .....      | 108 |
| 4. Conceito legal de cooperativa de trabalho: abrangência da Lei 12.690/2012. .... | 111 |
| 5. Cooperativismo, subordinação e relação de emprego.....                          | 113 |
| 6. Rol legal de direitos do cooperado .....                                        | 119 |
| 7. Cooperativas de trabalho e licitações públicas.....                             | 122 |
| 8. Conclusões .....                                                                | 123 |
| 9. Referências .....                                                               | 125 |

#### **Quais as vantagens do processo sincrético? .....**

|                                                                |     |
|----------------------------------------------------------------|-----|
| – José Augusto Rodrigues Pinto                                 |     |
| 1. Introdução .....                                            | 129 |
| 2. A pergunta e a resposta .....                               | 129 |
| 3. Os fundamentos da resposta.....                             | 129 |
| 4. A preocupação obsessiva com a efetividade do processo ..... | 133 |
| 5. As vantagens do processo sincrético.....                    | 134 |
| 6. O processo sincrético e o processo do trabalho.....         | 136 |
| 7. O anteprojeto do Tribunal Superior do Trabalho .....        | 138 |
| 8. A unificação dos processos civil e trabalhista .....        | 139 |
| 9. Conclusão.....                                              | 140 |

#### **Resumo de Teoria Geral**

##### **dos Recursos Trabalhistas .....**

|                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| – Luíza Aparecida Oliveira Lomba                                       |     |
| 1. Introdução .....                                                    | 141 |
| 2. Definição de recurso .....                                          | 141 |
| 3. Do duplo grau de jurisdição .....                                   | 142 |
| 4. Princípios relacionados aos recursos.....                           | 144 |
| 4.1. Admissibilidade dos recursos e princípios a ela relacionados..... | 145 |
| 5. A quem compete o exame da admissibilidade .....                     | 161 |
| 6. Mérito do recurso e princípios a ele relacionados.....              | 162 |
| 6.1. Proibição de <i>reformatio in peius</i> .....                     | 164 |
| 6.2. Princípio do <i>tantum devolutum quantum appellatum</i> .....     | 164 |
| 7. Efeitos do recurso .....                                            | 164 |



|                                    |     |
|------------------------------------|-----|
| 8. Desistência do recurso.....     | 173 |
| 9. Remessa <i>ex-officio</i> ..... | 173 |
| 10. Conclusão.....                 | 175 |
| 11. Referências.....               | 176 |

**Conflitos, polissemias e decisão judicial:  
elementos para um exercício etnográfico**

|                                                    |            |
|----------------------------------------------------|------------|
| <b>a partir da greve dos correios de 2011.....</b> | <b>177</b> |
| – <i>Noemia Aparecida Garcia Porto</i>             |            |
| 1. Introdução.....                                 | 178        |
| 2. Construção de significados para a greve.....    | 182        |
| 3. Paralisação: reivindicação ou abuso? .....      | 190        |
| 3.1. A polissemia da greve.....                    | 190        |
| 3.2. Desconto dos dias parados.....                | 199        |
| 4. Conclusão.....                                  | 205        |
| 5. Referências bibliográficas.....                 | 211        |

**A execução contra a Fazenda Pública**

|                                                                                                                |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>na Justiça do Trabalho .....</b>                                                                            | <b>213</b> |
| – <i>Rodolfo Pamplona Filho</i>                                                                                |            |
| – <i>Társis Silva de Cerqueira</i>                                                                             |            |
| 1. Introdução.....                                                                                             | 214        |
| 1.1. Aspectos gerais e introdutórios.....                                                                      | 214        |
| 1.2. Origem, noções históricas e características. ....                                                         | 219        |
| 2. Procedimento de execução pecuniária<br>contra a fazenda pública.....                                        | 225        |
| 2.1. Do regime geral de precatórios .....                                                                      | 225        |
| 2.2. Da Requisição de Pequeno Valor (RPV) .....                                                                | 231        |
| 2.3. Das obrigações alimentícias .....                                                                         | 236        |
| 2.4. Da execução provisória<br>contra a Fazenda Pública.....                                                   | 238        |
| 2.5. Outras questões importante ou controvertidas. .                                                           | 242        |
| 3. Da execução contra a fazenda pública<br>na Justiça do Trabalho. Questões essenciais<br>e controversas. .... | 261        |
| 4. Referências.....                                                                                            | 271        |

**O devido processo legal e o dever de motivação  
na despedida de empregado público.....**

|                                                  |            |
|--------------------------------------------------|------------|
| <b>– <i>Silvia Isabelle Ribeiro Teixeira</i></b> | <b>275</b> |
| 1. Introdução.....                               | 275        |

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

Índ.

Índ.

|                                                                                          |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2. Ideologia do “poder” do empregador .....                                              | 275        |
| 3. Ultrapassando o “poder potestativo” de despedir .....                                 | 278        |
| 4. Revisitando a boa-fé.....                                                             | 282        |
| 5. A proteção contra a despedida arbitrária<br>como direito de liberdade .....           | 284        |
| 6. Vinculação dos particulares<br>aos direitos fundamentais.....                         | 288        |
| 7. O dever de motivação<br>na despedida de empregado público.....                        | 292        |
| 8. O devido processo legal na despedida<br>do empregado público. Notas conclusivas ..... | 294        |
| 9. Referências .....                                                                     | 298        |
| <b>Índice onomástico .....</b>                                                           | <b>301</b> |
| <b>Índice remissivo por assunto.....</b>                                                 | <b>309</b> |